

POLIFONIA: a linguagem da cidade

Eugênia Maria Dantas¹

“O único pensamento que sobrevive é aquele que se mantém na temperatura de sua própria destruição” (Edgar Morin).

O sítio sobre o qual, hoje, se assentam as teias orgânicas e inorgânicas que sustentam as relações homem/natureza é a cidade. Essa estrutura é o ponto de confluência e difusão das redes de comunicação e trocas que articulam o tecido bio-antropossocial de um determinado território e destes com o restante do mundo.

Segundo Rosnay, a cidade é “... uma máquina de comunicar; uma rede enorme no seio do qual a maioria das actividades que aí se desenvolvem tem como finalidade a aquisição, o tratamento e a troca de informações” (p. 49). É um espaço que possibilita a “desmultiplicação das comunicações e das trocas, mas sobretudo a pluralidade e diversidade de escolhas ...”(idem, p. 49).

Levando-se em consideração “que o homem habita esse planeta há pelo menos um milhão de anos”, a cidade pode ser considerada um organismo novo no nosso ecossistema, tendo em vista que os seus registros históricos dão conta de sua existência há apenas sete mil anos. Porém, sua importância não é diretamente proporcional a sua idade e, é possível dizer que, mesmo representando uma fração pequena da história, nela estão marcados os grandes avanços e recuos da humanidade.²

A história também dá conta de que a idéia de “civilização” da humanidade confunde-se com o processo de configuração do espaço urbano. É nesse contexto que, na Idade Média, costumava-se dizer “Os ares da cidade libertam”. Embutida nesta afirmativa, estava a esperança de rupturas com “... as cadeias de vassalagem que amarravam e subordinavam o servo a uma complexa rede de dominação”(PECHMAN, 1991, p. 123). O decorrer do tempo, parece ter mantido aceso o elo que teceu o sentido original da cidade como portadora da liberdade, da civilidade, da emancipação.

O século XVIII, foi responsável por mudanças significativas na estrutura cidadina, tanto em termos populacionais, quanto na própria organização do espaço. As muralhas, as casas velhas, as ruas tortuosas da Idade Média foram substituídas por estruturas que revelavam uma “concepção matemática e abstrata do espaço, expressa num rigoroso plano de ruas, e num traçado urbano formal”(idem, 1991, p. 124), cristalizando em formas, o distanciamento entre razão e misticismo, superando marcas do período medieval.

O pensamento moderno que fez do “homem um ser quase sobrenatural, que progressivamente toma o lugar vazio de Deus, já que Bacon, Descartes, Buffon, Marx deram-lhe como missão dominar a natureza e reinar sobre o universo”(MORIN, 1994, p. 18), encontra na cidade, sua expressão mais forte. Assim, é que o espaço urbano ganha concretude sobre um terreno “selvagem” - montanhas, rios, pedras - consolidando uma natureza manufaturada, fruto da razão e do trabalho articulado de homens e mulheres, criando paisagens que imbricam uma nova relação homem/natureza. A lógica racional que traça os novos contornos da cidade,

pauta-se por um padrão de previsibilidade e funcionalidade dos espaços, isenta de qualquer ordem mística.

A Revolução Industrial no século XIX, vai confirmar a cidade como berço que abriga as grandes transformações da humanidade, sejam elas demográficas, tecnológicas, políticas, sociais. Para se ter uma idéia, em 1800, apenas 3% da população mundial vivia em áreas urbanas. Duzentos anos depois, essa organização complexa é o lugar onde 50% da população do globo vive e morre. No próximo milênio, cerca de 80% da população do planeta viverá e trabalhará em aglomerações de mais de 100.000 habitantes. Figurarão no cenário mundial metrópoles com mais de dez milhões de habitantes, dentre as quais estarão cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Nova York, Bombaim, Moscou.

As estatísticas demonstram a opção, em caráter irreversível, da cidade como local de moradia da população, fruto, em parte, das mudanças ocorridas no setor produtivo e das novas relações de trabalho. É sabido que a indústria não interferiu apenas na estrutura citadina, mas conseguiu estender suas teias até o campo, minimizando as distâncias que existiam entre esses espaços. A lógica capitalista industrial vigente no século XX, teve como premissa básica a eliminação das distâncias na busca incessante por mercados consumidores cada vez mais amplos.

A obsessão por mercado impôs a necessidade de investimentos pesados em ciência e tecnologia, o que resultou por um lado, no aumento da produtividade, do consumo, em melhorias médico-sanitárias; por outro, intensificou a degradação ambiental, o desemprego, a violência, entre tantos outros problemas. Simultâneo a expansão industrial, instalou-se e proliferou o campo midiático-informático capaz de subverter o tempo, eliminar as distâncias, derrubar as fronteiras entre as nações. Dessa forma, a realidade do século XXI parece apontar para grandes reviravoltas nos padrões sociais de organização, posto que, os avanços tecnológicos experimentados pela sociedade hoje, ainda se encontram limitados, no que tange à capacidade de acesso da população a esses meios. Este fato apresenta-se como um paradoxo, na medida em que as pesquisas apontam para o desenvolvimento de mecanismos que ampliam, cada vez mais, o poder de integração entre indivíduos, povos, nações, ao mesmo tempo que não conseguem romper com as barreiras do subdesenvolvimento, as quais submetem grande parte da sociedade planetária.

Esta realidade vem impondo uma agenda de debates, em cujo centro encontra-se a temática urbana. Daí a necessidade de se perguntar: diante das transformações que vêm ocorrendo, haveria um lugar privilegiado de onde olhar a cidade? Pode neste final de século, o olhar do cientista, do planejador se despojar de leituras que se façam na interseção do pensamento do cronista, do narrador de memórias, do contista, do ensaísta, das redes de comunicação que conectam homens e coisas?

Não nos cabe dar respostas definitivas mas, apenas apontarmos trilhas possíveis de serem perseguidas com o objetivo de elaborarmos saberes mais complexos da realidade que nos desafia. Nesse sentido, fazemos coro com Edgar Morin que afirma ser preciso, nessa empreitada, procedermos como a abelha "...que se inebriou a colher em mil flores para fazer de tantos pólenes diversos, um só e único mel" (MORIN, 1996, p. 37)

Assim procedeu Ítalo Calvino ao construir "*As cidades invisíveis*". Utilizando-se da narrativa literária, condicionada a leveza da escrita e a precisão dos objetivos, colhe nas diversas cidades imagens, símbolos, caminhos. O que está na superfície, mas também o que se encontra soterrado, escondido nas camadas geológicas do tempo e que costumam o imaginário citadino são os ingredientes que alimentam a leitura polifônica e hipertextual das cidades.

É dessa forma que aparecem Zaíra, Dorotéia, Anastácia, Zora, Zenóbia, entre tantas outras. Reeditando o "contador de estórias" benjaminiano na figura do viajante veneziano Marco Pólo, Calvino traz à tona a complexidade da cidade, cujos contornos dão conta de estruturas enigmáticas ainda por serem decifradas. Nesse sentido, as chaves de leitura não se encontram acabadas, necessitando de ampliação, reelaboração, deslocamentos que possibilitem ver a

cidade “através das muralhas e das torres destinadas a desmoronar, o filigrana de um desenho tão fino a ponto de evitar as mordidas dos cupins” (CALVINO, 1994 p. 10)

Se, por um lado, a cidade contém os seus mecanismos de proteção que impedem a realização do desejo de totalidade, por outro, homens, formas, símbolos constituem-se num amálgama revelador das teias simbólicas que tramam seu cotidiano e sua história. A mediação metodológica possível para a compreensão do universo citadino está na sugestiva metáfora da “Ponte” em que:

Marco Pólo descreve uma ponte, pedra por pedra

- *Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? - pergunta Kublai Khan .*

- *A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco*

- *mas pela curva do arco que estas formam.*

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

- *Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.*

Pólo responde:

- *Sem pedras o arco não existe”* (CALVINO, 1994, p. 79).

Através da metáfora explicita-se a impossibilidade de se fazer a leitura da cidade a partir do isolamento dos elementos que lhe dão forma, posto que, sua característica maior está em bricolar os dados materiais/espirituais que tecem e são tecidos nas relações homem/natureza. Dessa forma, os fragmentos são registros que, se por vezes estão desconectados a um observador desatento, para aquele que se deixa conduzir pelo estilo do “contador de estórias”, a narrativa poderá ganhar contornos que articulam a policromia e polifonia dos seus textos. Coloca-se assim, que o limite das conexões está na capacidade que os indivíduos têm de estabelecer trocas com o mundo que os cerca, estejam eles conectados as redes virtuais do mundo contemporâneo ou sentados num banco da praça a contemplar as estrelas.

Na cidade estão guardados os segredos que impedem e permitem o avanço da sociedade. Os seus espaços estão dotados “do peso e da permanência das extraordinárias paisagens. Horizontes de pedras, onde o mais moderno convive com a decadência, o futuro com a antiguidade. Um solo arcaico, juncado de vestígios e lembranças. Visões de cidade como um sítio arqueológico” (PEIXOTO, 1996, p. 42).

A composição da cidade em camadas que se sobrepõem, também fascina Calvino. As inscrições são duplos registros que permitem ao habitante experimentar “a tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado da existência humana”, num contínuo encobrir-descobrir-encobrir... a superfície subterrânea de suas formas.

Nessa perspectiva “a cidade não conta o seu passado, ele o contém como as linhas das mãos, escritas em ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelhas, entalhes, esfoladuras” (CALVINO, 1994, p. 15).

Calvino expressa de modo superlativo como as formas podem conter as determinações ocultas que alimentam a memória, cuja função básica é a repetição/esquecimento que permitem aos “aglomerados humanos simplesmente existirem”. Como um espaço de conflitos, ela aglutina e expõe ao máximo, as contradições que constroem o imaginário societal, posto que, “De uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá as nossas perguntas”(IDEM, 1994, p. 44)

A cidade é uma conjunção de dados que se (des)articulam, configurando um espaço marcado pela sobreposição de funções, caminhos, símbolos, morada dos deuses e demônios que garantem o controle de um território, ao mesmo tempo que possibilita a gestão coletiva. Esse fenômeno mundial se inscreve nas agendas de urbanistas, geógrafos, sociólogos, antropólogos, desafiando os pilares do saber disciplinar especializado, colocando para cada um, a necessidade de repensar a prática fragmentária que vem caracterizando a ciência moderna. O que se impõe é que na cidade os problemas são construídos em rede, cujos “nós”

apontam para conexões complexas, em que o imperativo é fazer articulações, derrubando as muralhas que se apresentam entre homens e coisas.

Trabalhando no campo das aproximações é possível dizer que a cidade é um hipertexto³. Num momento é epidérmica, com seus prédios, ruas, avenidas, viadutos. Em outros é intersticial, permitindo o fluxo de informações, pessoas, mercadorias, constituindo-se numa estrutura sem hierarquias pré-estabelecidas que determinem os caminhos possíveis de leituras. No hipertexto citadino, o “usuário-leitor” pode acionar as informações de qualquer parte da rede, interferir no contexto bricolando imagens, alterando percursos, reestruturando os dados num jogo comunicacional, cujas mensagens atuam no sentido ajustar, temporariamente, o diversificado e complexo emaranhado de código que se misturam no cenário urbano.

Os seus registros são textos que, como a metrópole moderna, se estendem ao infinito, sendo impossível resumi-la a uma representação cartográfica, um guia que oriente os seus “usuários-leitores” na medida em que “nunca se está diante da cidade, mas quase sempre dentro dela”(ROLNIK, 1987, p.12), partilhando seus encontros, desencontros, conflitos. As cidades, longe das adjetivações definitivas ou representações sintéticas, combinam a pluralidade de estilos, formas, em que estão presentes momentos de expansão e retraimentos das ações humanas.

O seu espaço assemelha-se a um “campo magnético”, que atrai os homens e sua história, registrando as maneiras de pensar, agir, metamorfosear o espaço. A fisionomia da cidade é a própria expressão daqueles que a habitam (“ou serão habitados por ela?”), reveladora dos fantasmas, conflitos desilusões que constroem o “emaranhado da existência humana”.

Este espaço que se caracteriza mais pela aglomeração do que pela dispersão, estabelece códigos de disciplina, interdições, cria através do discurso, o jogo do permitido e do proibido, podendo-se dizer que “ser habitante da cidade é estar ao mesmo tempo protegido e reprimido por suas muralhas”(ROLNIK, 1987, p.24). Esclarece ao mesmo tempo que confunde, este é o seu estatuto. Na cidade, tempo e espaço são o cruzamento da diversidade de imagens, interesses “Horizonte saturado de inscrições, depósito em que se acumulam vestígios arqueológicos, antigos monumentos, traços de memória e o imaginário criado pela arte contemporânea”(PEIXOTO, 1996, p. 10).

As imagens que alimentam os seus registros estão borradas pelas “parcialidade da imaginação”, o que leva, muitas vezes, a leituras que enfatizam uma dualidade discursiva que separa bem/mal, encanto/desencanto, prazer/perdição. Margareth Rago em “*Prazer e Perdição: a representação da cidade nos anos vinte*” analisa essa dualidade a partir do qual a cidade é representada.

A autora discute as transformações que estavam se processando no cenário urbano brasileiro, nos anos 20, a partir das imagens e do imaginário presentes em dois romances da época: “*Os Condenados*” de Oswald de Andrade e “*Madame Pommeroy*” de Hilário Tácito. A partir da literatura, Rago revela duas cidades, dois mundos, marcados por desejos e interesses conflitantes. Em “*Os Condenados*” extrai um conteúdo que revela cenas de um espaço marcado pela tragicidade. Os personagens que encenam o teatro da vida representam papéis, cujos destinos têm um final implacável. Nesse palco circulam personas desfiguradas, aleijadas, feias, robotizadas, mecânicas. Essas imagens contrastavam com as modernas construções arquitetônicas, onde se viam os cafés e hotéis, símbolos da modernidade. “Esse cruzamento entre diferentes espaços e tempos, entre diversos suportes e tipos de imagens, é que constitui a paisagem das cidades”, ou pelo menos um dos seus muitos textos.

As paisagens urbanas descritas, demonstravam, pois, um tom pessimista com relação à modernidade. O fugaz, o passageiro colocavam em cheque o enraizamento, a permanência das experiências passadas. Tudo estava na superfície, não havia camadas, não havia vestígios. Nesse contexto, as práticas arqueológicas estavam fadadas ao fracasso. Tudo parecia muito espesso e concreto, mineralizado, “acúmulo de coisas que se recusavam a partir”. À plasticidade urbana acumulava as ilusões dos indivíduos dispersos e perdidos no amontoado de símbolos que os narcotizavam, retirando-lhes a capacidade de fincar raízes, de

registrar a longo prazo, as experiências. A relação espaço/tempo ganhava em fulgacidade, impelindo os homens a sucumbirem as novas formas e sensações que passavam a compor o mundo moderno da grande cidade. Perdido, mas ao mesmo tempo preso ao rigor urbanístico, o homem teve dificuldades de registrar e ler o novo mundo que se desvelava à sua frente.

Portanto, “há qualquer coisa de estranho nesta paisagem de acentuado colorido vermelho: a moderna configuração espacial, os edifícios e construções retilíneas, as ruas geometricamente alinhadas, contrastavam, fortemente com a descaracterização física dos seus habitantes: feios, desformes, dissolutos, violentos, carregam expressões debochadas ou horrorizadas, indignas e indecorosas”(RAGO, 1986 p. 78).

No início do século as inscrições urbanas expunham as fraturas resultantes dos avanços técnicos, da sociedade, que de certa forma começava a romper com o ideário de um espaço campestre predominantemente “bom”. “A vida como a cidade, se caracterizava negativamente: a imagem do circo, onde palhaços não riem, onde o destino decide trágica e inexoravelmente os movimentos de suas marionetes, onde o homem tem pouca ou nenhuma alternativa, reaparece como um quadro expressionista”(idem, 1986 p.83).

É sob esta abordagem, que aparecem os personagens do livro “*Os Condenados*” de Oswald de Andrade, analisado por Rago, no texto anteriormente mencionado. No universo oswaldiano, que Rago examina, a cidade é um labirinto que aprisiona os indivíduos, forçando-os a “fazer o que não quer, a viver o que não escolhe”. Neste espaço não há saídas, portas abertas ou janelas. “A única alternativa é o suicídio, a queda, a condenação”.

A descrição ganha contornos contrastantes, revelando as contradições dos personagens: “ora alegre e colorida, ora sombria e soturna”, ela vai seduzindo os seus habitantes para um destino previamente traçado. “Como um grande cabaré, ela atrai os indivíduos pela promessa de felicidade sexual que nunca se realiza”(idem, 1986 p. 84). A cidade sob esta perspectiva “arrebenta qualquer ilusão, frustra qualquer promessa de felicidade e de libertação. Desumana e cruel, confina os indivíduos em papéis e em instituições: bordéis-asilos-prisões-fábricas-bondes apinhados. Quem aí pode ser feliz?” (idem, 1986 p.86)

Segundo Margareth Rago, não é o viés pessimista e negativo que seduz Hilário Tácito ao construir “*Madame Pommery*”. Neste, as transformações que vêm se processando no espaço citadino, denotando os primeiros traços de modernidade, vão ser encarados de forma otimista e positiva. O tema central do livro é o “Cabaré”, porém, ao contrário de Oswald de Andrade, Hilário não associa o cabaré à decadência e ao sofrimento, mas representa em “*Madame Pommery*” a portadora do progresso. Assim, se em “*Os Condenados*” o cabaré é associado a idéia de “câncer” social, para Hilário ele resulta de uma iniciativa capitalista progressista, criado para “compreender e responder as necessidades do seu tempo”. Comparada aos grandes heróis, “*Madame Pommery*” é apresentada como a grande desbravadora. No bordel da alta prostituição, todos se divertem ao som da boa música, das mulheres bonitas e bem vestidas, mas também obedecem a um rígido padrão de conduta, onde as regras são bem definidas. “Ninguém aí pode se perder, tudo está sob controle”. Nesse contexto, impõem-se duas visões, dois imaginários a respeito do urbano e do social: “onde Oswald vê o inferno, Hilário propõe o paraíso”.

Nos dois livros estavam presentes os discursos que se gestaram sobre a cidade e vida nela contida. Os enredos, os personagens, são suas metáforas. Expressam o conflito posto pela modernidade entre o efêmero, o fugidio, o eterno e o imutável. O espaço e tempo tendem a aparecer cunhado de adjetivações representativas de uma realidade caótica, impulsionadora de discursos que colocavam em oposição o moderno e o arcaico, o campo e a cidade.

A tecitura do discurso moderno colocou em evidência o caráter paradoxal sobre o qual estava apoiado. Ao mesmo tempo que precisa assegurar os mecanismos de repetição e permanência⁴ para conseguir se instaurar e reproduzir, não pode respeitar o passado. “A transitoriedade das coisas dificulta a preservação de todo sentido de continuidade histórica. Se há algum sentido na história, há que descobri-lo e defini-lo a partir de dentro do turbilhão de mudanças, um turbilhão que afeta tanto os termos da discussão como o que está sendo discutido”(HARVEY,

1992, p. 22). O sentido da história estava na sua própria morte. O discurso da modernidade se define na capacidade de ser “destrutivamente criativo” residindo aí o seu caráter permanente.

A modernidade que impregnou a vida urbana revelou um perfil analítico preso a dualidade discursiva entre bem/mal, passado/presente como realidade avessas a quaisquer formas de interseções. Essa maneira de imaginar, de ler e de representar os fatos ainda persistem nas análises, agora, incorporando os elementos do momento. Desta feita, alguns sucumbem às asperezas da realidade e negam-lhe o sonho. Outros se encantam e, ao invés da trevas retratam um panorama onde imperam as luzes. Nesses dois caminhos, perde-se de vista que a cidade é luz e treva. Para conhecê-la é preciso caminhar nas suas ruas, bares, cafés, motéis-bordéis de forma a colher os seus fragmentos, optando por uma dispersão espaço-temporal, que misture discursos variados, plurais.

É necessário captar a comunicação urbana no que ela tem de mais rica, ou seja, a sua dimensão polifônica, deixando-se guiar pela sonoridade das vozes que se cruzam, relacionam-se, isolam-se, contrastam-se, o que Canevacci definiu como uma possibilidade metodológica para penetrar nos códigos citadinos. Preservar a polifonia urbana na prática interpretativa é exercitar o diálogo entre níveis diferenciados de enunciados, que codificam a paisagem urbana. A leitura do espaço urbano está na narrativa que articula técnicas interpretativas diversas, com regras, estilos, que compõem a linguagem urbana.⁵

Se é possível pensar em uma metodologia a partir da polifonia capaz de nortear a interpretação sobre o urbano e a vida nela contida, esta, pauta-se, também, pela dispersão e estrangeiridade. O desenraizamento e o estranhamento são fundamentais para acionar novas perspectivas cognitivas capazes de redimensionar a apreensão dos textos urbanos⁶

Nessa direção está a sugestiva metáfora do “Flâneur”, descrita por Walter Benjamin, sobre as mudanças que se processavam em Paris do Século XIX. O Flâneur caminhando pela cidade, experimentava sensações de estranheza e familiaridade. “Ao mesmo tempo que está em casa na cidade o Flâneur se aliena dela” (ROUANET, 1993, p. 23). O que ele fazia era compreender a cidade pela sobreposição dos espaços, operando simultaneamente uma atualização do passado e uma decodificação simbólica de sua transformação. Ao proceder dessa forma, toma para si a direção metodológica da montagem das informações a partir do detalhe. Aliás, essa é a sua característica maior.

A cidade, dessa forma, pode ser assemelhada a um grande quebra-cabeças, cujas peças encontram-se embaralhadas, com pouca definição. Comparada a um indivíduo na multidão, é mais um, pouco significando se é observado no todo. Entretanto se visto como fragmento ou detalhe, perceber-se-á que existem pontos de ligação entre as partes e o todo, sejam esses pontos, cores, formas ou desenhos, que vão se encaixando a uma montagem atenta de quem manuseia o jogo da totalização. Neste jogo, o espaço citadino produz e é produtor de sentidos, sistema aberto à renovação que se apresenta a partir das interações entre os seus habitantes e suas estruturas concretas e imaginárias.

O Flâneur exibe, assim, um certo estatuto do pesquisador e nos reforça a pista segundo a qual a cidade é um grande campo de significados fragmentados que, se têm uma dimensão própria e autônoma, ao mesmo tempo estas se relacionam. É dessa forma que se pode perceber o sentido ambíguo e relacional de cada fragmento e de sua composição na constituição do todo: móvel, aberto e igualmente ambíguo. Na cidade figuram imagens/sombras que subvertem, a todo instante, a razão geometrizar que organiza os seus espaços, colocando em evidência que na solidez e precisão de suas estruturas - casas, empresas, ruas, viadutos, praças - estão conjugadas as indeterminações e pulsações que fundamentam o seu universo.

As análises a respeito da cidade tendem a apresentá-la com um cenário caótico, sombrio, ameaçador. A estrutura aberta pelo progresso cria “uma cidade infernal que está lá no fundo e que nos suga num vórtice cada vez mais estreito” (CALVINO, 1994, p. 150). Diante de um quadro desalentador que se impõe, Calvino nos aponta duas trilhas possíveis de serem seguidas: “A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e

aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer que o que no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço”(idem, 1994,p. 150).

Não se trata de refutar simplesmente a técnica em nome da arte, de negar a cidade em nome do campo. Mas fazer um exercício mais ousado e complexo, em que teoria/prática tenham construções mais humanas, capazes de articular espaços onde novo/velho, moderno/arcaico sejam expressões de um mundo marcado pela possibilidade do diálogo entre os diferentes, na perspectiva de suprimir a homogeneidade totalitária do pensamento entre iguais.

Compreender a cidade é trabalhar diretamente com a pluralidade de interesse, de idéias. É exercitar mecanismos capazes de viabilizar um convívio mais democrático, aberto e complexo da realidade, pois não adianta libertar a cidade do minotauro e deixá-la entregue à tirania da realidade. Por isso, é importante deixar-se guiar pelo campo metafórico aproximativo abrindo caminhos que possibilitem “desvendar/encobrir” as práticas que alimentam a arqueologia cidadina, escavando as camadas de memórias que se sobrepõem, e confundem o observador desatento. Escrever nas “páginas do livro de registro da cidade” é alternar momentos de alucinação, lucidez, “prazer e perdição”.

A cidade como símbolo da modernidade, cria os seus labirintos, não para aprisionar os homens, mas para desafiá-los, e nesse jogo, teremos que ser perspicazes e pacientes, fornecendo ao cotidiano “dados perceptíveis mais sintonizados numa escala de tempo sempre reversível, não direcionada unilateralmente a um futuro previsível”(CARVALHO, 1992, p.96).

Fugir do discurso reificador que reveste o novo com roupagens coloridas e atraentes ou que reduz a urbanidade as expressões mais perversas da vida em sociedade como a explosão da violência, da miséria, da mediocridade humana é um passo importante. Investir numa nova estética de pensar e produzir o mundo de forma ampliada, atualizada, aberta é talvez o maior investimento que se possa fazer. Talvez alguns fiquem a pensar: como fazer? Que metodologia é possível ser aplicada para que se possa (re)descobrir a cidade? O caminho se faz caminhando. É preciso transbordar, disseminar, circular as informações, as idéias para que se possa principiar novos percursos.

Para ler o hipertexto citadino, o “usuário-leitor” há que ouvir as várias vozes que o compõem, munir-se de estratégias metodológicas que permitam guiar-se por um “sistema aberto” o qual possibilite “trocas de energia, matérias, informações utilizadas na conservação do seu organismo contra a degradação exercida pelo tempo”(ROSNAY, p. 90). Nesse percurso, o leitor terá que lidar com elementos diversos, que têm uma alta densidade de interconexões e que apresentarão um certo grau de imprevisibilidade, de comportamento.

Os conectivos que permitirão a leitura da cidade deverão estar isentos das classificações definitivas. A sua permanência estará condicionada a leituras/ações que articulem os tempos históricos, no intuito de ampliar o capital cognitivo sócio-individual acumulado, o que favorecerá o enriquecimento da interpretação e reinterpretação dos fatos, recuperando, diversificando e complexificando o imaginário citadino.

Nomadismo, errância, bicolagem hipertexto, polifonia devem ser os ingredientes que direcionam as práticas acadêmicas potencializando narrativas capazes de estabelecer uma dialogia mais aglutinadora e preservadora da vida no planeta e na cidade.

BIBLIOGRAFIA

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. 6a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica*: ensaio sobre antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Stúdio Nobel, 1993.

CARVALHO, Edgard de Assis. São Paulo: imaginário e preservação. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo, 1992.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. *Ver a cidade*. São Paulo: Nobel, 1988.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as Cidades, a cidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência – o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MORIN, Edgar. KERN, Anne Brigitte. A carta de identidade terrena. *Revista Margem*. n. 3, dez/94. São Paulo: Educ, 1994.

MORIN, Edgar. *Os meus demónios*. Lisboa-Portugal: Publicações Europa-América, 1995.

PALEN, J. Jonh. *O mundo urbano*. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

PECHMAN, Roberto Moses. Invenção do urbano: a construção da ordem na cidade. PIQUET, Rosélia. RIBEIRO, Ana Clara Torre.(org.) In: *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. São Paulo: editora SENAC: editora Marca D'água, 1996.

RAGO, Margareth. Prazer e perdição: a representação da cidade nos anos vinte. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n.3, set./86/fev./87.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROSNAY, Joel de. *O macroscópio: para uma visão global*.

ROUANET, Sérgio Paulo. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? *Revista USP*. n. 15, set./out./nov./1992. (Dossiê Walter Benjamin).

[1](#) Professora do Departamento de História e Geografia – UFRN – CERES – Campus de Caicó, mestre em Ciências Sociais.

[2](#) J. Jonh Palen, “O Mundo urbano”, 1975.

[3](#) Sobre hipertexto ver Pierre Levy “As tecnologias da inteligência – o futuro do pensamento na era da informática”, 1993.

[4](#) o caráter repetitivo e permanente, aqui colocado, estava, ao nosso ver, posto na arte, na literatura, no momento em que esses eram espaços onde o discurso moderno se cristalizava, relegando as gerações futuras registros passíveis de leituras, interpretações da própria modernidade.

[5](#) Massimo Canevacci, “A cidade polifônica: ensaio sobre antropologia da comunicação urbana”, 1993.

[6](#) Idem.